



INESC

Relatório 2017

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

SCS, QD 01 Bloco L, 13º Andar, cobertura, Ed. Márcia, Brasília/DF – CEP: 70.307-900. Telefone: +55 (61) 3212-0200; E-mail: inesc@inesc.org.br; Página Eletrônica: www.inesc.org.br. Publicado no Brasil. Conteúdo disponível na Internet.

Expediente

<p>Conselho Diretor Adriana de Carvalho Barbosa Ramos Barreto Enid Rocha Andrade da Silva Guacira Cesar de Oliveira Luiz Gonzaga de Araújo Sérgio Haddad</p> <p>Conselho Fiscal Ervin Schmidt Iliana Alves Canoff Romi Márcia Bencke Suplente: Lucas de Alencar oliveira</p> <p>Colegiado de Gestão Iara Pietricovsky de Oliveira José Antonio Moroni</p> <p>Coordenadora da Assessoria Política Nathalie Beghin</p> <p>Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal Maria Lúcia Jaime</p> <p>Assistente da Direção Ana Carolina Soares Ana Paula Felipe Marcela Coelho M. Esteves</p> <p>Assessoria Política Alessandra Cardoso Carmela Zigoni Cleomar Souza Manhas Grazielle Custódio David Leila Saraiva Pantoja Márcia Hora Acioli Matheus Peres Machado Magalhães Yuriê Baptista César</p> <p>Assessoria Técnica Dyarley Viana de Oliveira</p> <p>Assessoria de Comunicação Sílvia Alvarez</p> <p>Educador/a Social Fátima Corrêa Layla Maryzandra Costa Silva Thallita de Oliveira Walisson Souza</p> <p>Contadora Rosa Diná Gomes Ferreira</p>	<p>Assistente de Contabilidade Ricardo Santana da Silva</p> <p>Técnico de Informática Júlio Gleisson Rodrigues Medeiros</p> <p>Auxiliares Administrativos Adalberto Vieira dos Santos Eugênia Christina Alves Ferreira Isabela Mara dos Santos da Silva Josemar Vieira dos Santos</p> <p>Auxiliar de Serviços Gerais Roni Ferreira Chagas</p> <p>Estagiários (as) Daiana de Jesus Ferreira Fábio Wilian da Silva Pereira Lucas Daniel Rodrigues de Souza Lucas Miguel Salomão Meireles Luís Fernando dos Santos Lima Helena Nisa da Rosa</p> <p><u>APOIO INSTITUCIONAL</u> Charles Stewart Mott Foundation Christian Aid Embaixada da França Fastenopfer Fundação Ford Fundação Heinrich Böll GDF – CDCA / Secretaria da Criança GDF – Fundo de Apoio à Cultura GDF – Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos IBP – Center on Budget and Policy Priorities Instituto C&A KNH – Kindernothilfe Norwegian Church Aid Open Society Foundations Oxfam Brasil Pão para o Mundo União Europeia</p> <p>Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17, 13º Andar Cobertura - Edifício Márcia 70. 3037-900 - Brasília/DF Telefone: + 55 61 3212-0200 E-mail: inesc@inesc.org.br Página Eletrônica: www.inesc.org.br</p>
---	---

Sumário

Lista de Siglas	5
Palavras da Direção Colegiada	7
Apresentação – Quem somos e como nos organizamos	10
1. Objetivo Específico 1: Reforçar capacidades na sociedade civil em <i>Orçamento e Direitos</i>	11
1.1 Formação de crianças, adolescentes e jovens.....	11
1.2 Formação e sensibilização de lideranças	14
2. Objetivo Específico 2: Influenciar o orçamento e decisões públicas em temas e territórios estratégicos	17
2.1 Mobilizações de denuncia contra o golpe parlamentar e as medidas de austeridade.....	17
2.2 Incidência junto ao Governo Federal	19
2.3 Iniciativas de promoção da Justiça Fiscal.....	19
3. Objetivo Específico 3: Atuar na defesa da reforma ampla do sistema político	21
4. Objetivo Específico 4: Promover o direito às cidades.....	22
5. Objetivo Específico 5: Influenciar processos de governança global e de articulações regionais e internacionais que impactam políticas nacionais estratégicas.	24
5.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	25
5.2 Negociações de Clima (COP).....	25
5.3 Negociações de Comércio.....	26
5.4 Instituições Financeiras Internacionais (Banco Mundial, FMI e NBD).....	26
5.5 Transparência e <i>Accountability</i>	27
6. Objetivo Específico 6: Inovar a comunicação para fortalecer a identidade institucional, a capacidade de incidência e ampliar o alcance na sociedade	28
6.1 A visibilidade do Inesc cresce	28
6.2 Aprendendo a captar recursos junto à indivíduos.....	28
6.3 Implementando o Plano de Comunicação.....	28
7. Objetivo Específico 7: Inovar estratégias e metodologias, aperfeiçoar a gestão institucional e a captação de recursos	29
7.1 Uma estratégia de captação de recursos institucional diversificada.....	29
7.2 PMAS em fase de consolidação	29
7.3 Modernizando a área administrativo-financeira.....	29
7.4 Contribuindo para a formação da equipe.....	29
7.5 Buscando inovar	30
Desafios para 2018.....	30

Anexo 2 – Inserção política do Inesc em âmbitos local, nacional e internacional	38
Anexo 3 – Logos dos apoiadores do Inesc	39
Anexo 4 – Quadro Lógico Quadrienal 2017-2020: Balanço para 2017	40

Lista de Siglas

ABONG – Associação Brasileira de ONG
ACNUR – Organizações das Nações Unidas para Refugiados
ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal
APIB – Articulação de Povos Indígenas
APOINME – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES
ATL – Acampamento Terra Livre
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BTS – Banco de Tecnologia Social
CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)
CDCA – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal
CDH – Comissão de Direitos Humanos
CE – Ceará
CEBI – Centro de Estudos Bíblicos
CIMI – Conselho Mundial das Igrejas
CESR – *Center for Economic and Social Rights*
CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CGU – Controladoria Geral da União
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CLP – Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados
CONAREDD – Comissão Nacional para REDD
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COP – Conferência das Partes sobre Mudanças do Clima – Nações Unidas (UNFCCC na sua sigla em inglês).
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAC/OCDE – *Development Assistance Committee*
DF – Distrito Federal
DHESCA – Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
EC – Emenda Constitucional
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEI – Encontro Nacional de Estudantes Indígenas
ENFOC – Escola Nacional de Formação da CONTAG
EPIS – Equipamentos de Proteção Individual
ES – Espírito Santo
EUA – Estados Unidos da América
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FBB – Fundação Banco do Brasil
FENAFISCO – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital
FIP – Fórum Internacional de Plataformas de ONGs
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GCB – Grupo Carta de Belém
GDF – Governo do Distrito Federal
GIFT – *Global Initiative for Financial Transparency*
GO – Goiás

GT – Grupos de Trabalho
IBASE – Instituto de Análise Sociais e Econômicas
IFI – Instituições Financeiras Multilaterais
INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Travesti e Intersexo
MBL – Movimento Brasil Livre
MG – Minas Gerais
MNB – Movimento Nossa Brasília
MP – Medida Provisória
MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NBD – Novo Banco de Desenvolvimento
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OCA – Observatório da Criança e do Adolescente
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA – Organização dos Estados Americanos
OGP – *Open Government Partnership*
OGU – Orçamento Geral da União
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OSC – Organizações da Sociedade Civil
PAD – Processo de Articulação e Diálogo
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PMAS – Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PT – Partido dos Trabalhadores
REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos
REDD – Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
SC – Santa Catarina
SEDESTMIDH – Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SLU – Secretaria de Limpeza Urbana
SOF – Secretaria de Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
STF – Supremo Tribunal Federal
UISM – Unidade de Internação de Santa Maria
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Palavras da Direção Colegiada

O ano de 2017 foi mais um ano conturbado no Brasil, marcado por enormes desafios. Na história recente do país será difícil encontrar um período com tamanhos retrocessos políticos, sociais, econômicos, ambientais, culturais e institucionais. Num curto espaço de tempo, a democracia e o Estado de Direito vêm sendo gravemente atacados. Foi mais um ano em que a relação entre as forças sociais e políticas desandou em favor do 1%.

O golpe parlamentar que afastou a Presidenta Dilma Rousseff legitimamente eleita completou um ano, em agosto. As medidas implementadas pelos poderes do país são a expressão mais trágica desse rearranjo de forças políticas em prol da elite brasileira. Finalmente no poder, o grupo político que derrubou o Partido dos Trabalhadores pôs em marcha um conjunto de medidas que protegem acima de tudo seus interesses bem como o capital, especialmente o financeiro. Congelou, constitucionalmente, os gastos públicos federais por 20 anos com exceção do pagamento dos juros da dívida (por meio da Emenda Constitucional 95/2016), deu início a processos de privatizações de bens públicos, até mesmo abrindo para o capital estrangeiro, começou a desmontar o já frágil Estado de Bem Estar Social, associando cortes orçamentários com retirada de direitos por intermédio da reforma trabalhista e a da formulação de uma reforma da previdência social que viola os direitos dos mais vulneráveis. Extinguiu instituições criadas para defender os direitos de grupos da população historicamente excluídos como mulheres, negros, indígenas, povos e comunidades tradicionais e comunidade LGBTI bem como vem eliminando medidas de proteção ao meio ambiente. Esse ambiente favorável ao radical desmonte das conquistas democráticas obtidas nos últimos anos resultou de uma aliança entre um Congresso Nacional majoritariamente envolvido em processos judiciais – dentre os quais processos por corrupção –, de um judiciário cúmplice e de uma mídia hegemônica manipuladora e que constitui um dos braços executores do golpe e de suas medidas subsequentes.

Para manter-se no poder com uma popularidade da ordem de 5% e processos de denúncia por corrupção, organização criminosa e obstrução da justiça, o Presidente Temer passou boa parte de seu tempo comprando o apoio de parlamentares com barganhas orçamentárias e concessões para escapar do afastamento do mandato em decorrência das ações penais apresentadas contra ele pela Procuradoria-Geral da República. Mas o esforço de blindagem o tornou refém das demandas do Congresso, o que levou, associado à recessão econômica, não ao controle das contas públicas, mas ao contrário, a um aumento do déficit.

Temer se beneficiou do silêncio das ruas e da condescendência de agrupamentos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem pra Rua, que revelaram que suas reais intenções nunca foram acabar com a corrupção no Brasil, mas tirar o Partido dos Trabalhadores do poder. Apesar das evidências do envolvimento do Presidente da República e de seus aliados em negociatas obscuras e ilegais, não há qualquer manifestação de repúdio por parte daqueles que diziam querer passar o Brasil à limpo, dos que se batizaram de “verde e amarelo”. Essa cumplicidade nada mais é do que a expressão de uma elite, a que detém os poderes econômico, político, cultural e de comunicação, e que é aliada a segmentos ideologizados do sistema de Justiça, que despreza e desrespeita qualquer governo que queira produzir mudanças que coloquem em cheque seus históricos privilégios. Tanto é assim, que no Brasil o número de bilionários aumenta vertiginosamente, acirrando as desigualdades. Segundo a Oxfam, no país, apenas cinco indivíduos possuem o mesmo patrimônio que os 50% mais pobres da população, o que equivale a mais de 100 milhões de brasileiros. De todo modo,

análises mais profundas se fazem necessárias para entender melhor por que motivos as forças progressistas se dividiram e se desmobilizaram tendo dificuldades de se unir em torno de uma agenda comum de resistência e de propostas.

A crise política interage com uma expressiva crise econômica: dois anos contínuos de recessão aguda, 2015 e 2016, com crescimento negativo de pouco menos de 4% ao ano, seguidos de uma retomada muito leve em 2017, de 1%. Tal recessão contribuiu para segurar a inflação, mas, por outro lado, provocou desemprego, da ordem de 12%, precarização das condições de trabalho e queda real dos salários. Com investimentos cada vez mais escassos, cortes de gastos públicos e juros altos, as perspectivas no curto prazo não são alvissareiras. O Brasil caiu para o nono lugar entre as econômicas mundiais, ficando atrás de outros emergentes como China e Índia. O cenário para os próximos anos é sombrio. A conta a ser paga por grande parte da população brasileira será a do aumento das desigualdades sociais, raciais, étnicas, de gênero; da elevação da pobreza; da volta da fome; da piora das condições de vida; da degradação do meio ambiente; e da fragilização da democracia, o que inclui a criminalização das organizações e movimentos sociais.

As eleições presidenciais previstas para outubro de 2018 não deverão alterar esse quadro uma vez que, ao que tudo indica, irão ganhar as forças conservadoras. Apesar de Lula ter crescido expressivamente nas intenções de voto, está em marcha um movimento que busca, a todo custo, tirá-lo da corrida ao Palácio do Planalto. O judiciário deverá condená-lo no caso do triplex em Guarujá, de forma a encarcerá-lo e torná-lo inelegível para o certame eleitoral. Permanece a incôgnita entre a direita e a extrema direita. Bolsonaro, candidato preferido do anti-lulismo, vem ganhando espaço no cenário político, liderando a corrida eleitoral atrás de Lula. Contudo, seu discurso racista, classista, machista, lesbohomofóbico e vazio de conteúdos sólidos e coerentes pode, no final das contas, amedrontar boa parte da população, até mesmo os mais críticos ao Partido dos Trabalhadores. Enfim, diante de tamanhas incertezas é impossível fazer previsões.

No cenário internacional não é muito diferente: as medidas adotadas pelo governo Temer apontam uma profunda ruptura em relação à política externa brasileira “altiva e ativa” liderada pelo Presidente Lula e que privilegiou as relações Sul-Sul, a diversificação comercial e o protagonismo brasileiro em vários assuntos internacionais, transformando o país em um dos grandes atores emergentes em um contexto internacional multipolar. A proposta atual é de uma inserção internacional subordinada à liderança europeia e estadunidense via acordos de livre comércio e investimentos. Enfraquecem-se as estratégias de fortalecimento regional e de outros blocos políticos contrahegemônicos, como os Brics, por exemplo. Na realidade, a política externa brasileira está sem rumo e sem estratégia clara.

A fragilização da agenda de direitos também se consolida no resto do mundo: a saída do Reino Unido da União Europeia, a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos com suas propostas racistas, sexistas, machistas, protecionistas e anti-humanistas, o esvaziamento das Nações Unidas e do multilateralismo como um todo, o crescimento do poder das corporações, o aumento do número de refugiados/as e das situações de violência às quais são submetidos/as são expressões de um mundo que caminha cada vez mais rápido para o aumento das injustiças, das desigualdades e de sua insustentabilidade climática e socioambiental.

O futuro próximo não parece promissor. Nem internamente e nem externamente. Apesar das dificuldades existem forças na sociedade que resistem. Este é o caso da Marcha das Mulheres que reuniu, em janeiro de 2017, milhões de pessoas nos Estados Unidos, mas também em outros lugares do mundo, contra Trump e em defesa dos

direitos das mulheres e das minorias. No Brasil, são inúmeras as iniciativas de resistência, como os movimentos que se aglutinam em torno das frentes Povo sem Medo e Brasil Popular. Há ainda as iniciativas Projeto Brasil Popular, Congresso do Povo Brasileiro e Vamos! O Projeto Brasil Popular reúne diversos intelectuais, lideranças de movimentos e profissionais que são referência em sua área de atuação, além de instituições e fundações. Desde fevereiro de 2016, esse coletivo promove reflexões acerca de 30 áreas temáticas, como economia, questão urbana, participação popular, educação, agricultura e saúde buscando pactuar uma proposta para o país. A Frente Brasil Popular também está organizando para 2018 o Congresso do Povo Brasileiro, no esforço de construir, do local para o nacional, com o povo e para o povo, um projeto de Nação. A ideia do Vamos!, animada pela Frente Povo sem Medo, é realizar um amplo ciclo de debates públicos, nas redes e nas praças, que contemple a diversidade de representações e de posicionamentos políticos, para elaboração de um projeto para o país. São essas energias que nos revigoram e nos motivam a resistir e propor. O Inesc, com outros, continuará lutando por direitos e pelo alargamento da democracia. Manterá sua trajetória de proposição crítica, mas também, de formação política, mobilização, denúncia e comunicação.

Convidamos a todas e todos para que nos acompanhem nesta jornada: analisem o que fizemos em 2017 a partir da leitura do presente relatório e nos ajudem a aprimorar nossos resultados com suas reflexões, críticas e sugestões.

Desde já agradecemos a atenção!



José Antonio Moroni
Colegiado de Gestão



Iara Pietricovsky
Colegiado de Gestão

Apresentação – Quem somos e como nos organizamos

O Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública. Tem por missão: "Contribuir para o aprimoramento dos processos democráticos visando à garantia dos direitos humanos, mediante o diálogo com o/a cidadão/ã e a articulação e o fortalecimento da sociedade civil para influenciar os espaços de governança nacional e internacional e a consciência da sociedade”.

Criado em 1979, o Inesc orienta-se para ampliar a participação social em espaços de deliberação de políticas públicas. Em suas intervenções sociais utiliza o instrumental orçamentário como eixo estruturante do fortalecimento e da promoção da cidadania. Para ampliar o impacto de suas ações, o Instituto atua em estreita parceria com outras organizações, movimentos e coletivos sociais.

O ano de 2017 foi o primeiro ano do nosso novo Quadrienal previsto para ser implementado até 2020. Nossa atuação está organizada em torno de um objetivo geral e sete objetivos específicos. Nosso **objetivo geral** é o de defender, junto com outros, a radicalização dos processos democráticos e dos direitos humanos, em âmbitos local, nacional e internacional, a partir das seguintes linhas de ação: orçamento e direitos, justiça fiscal, reforma do sistema político, direito à cidade e governança global. Para alcançar esse objetivo, estabelecemos os seguintes **objetivos específicos**: (1) Reforçar capacidades na sociedade civil em *Orçamentos e Direitos*; (2) Influenciar o orçamento e decisões públicas em temas e territórios estratégicos; (3) Atuar na defesa da reforma ampla do sistema político; (4) Promover o direito às cidades; (5) Influenciar processos de governança global e de articulações regionais e internacionais que impactam políticas nacionais estratégicas; (6) Inovar a comunicação para fortalecer a identidade institucional, a capacidade de incidência e ampliar o alcance na sociedade; e, (7) Inovar estratégias e metodologias, aperfeiçoar a gestão institucional e a captação de recursos.

Esperamos que a nossa atuação, com outros, nos leve à conquista de 16 **resultados** que são medidos a partir de 38 **indicadores**. Nossas principais **estratégias de atuação** são: a) produzir informações sobre investimentos, políticas públicas, orçamento, justiça fiscal e negociações internacionais para alimentar a luta por direitos humanos. As áreas centrais de intervenção são aquelas nas quais o Instituto já possui expertise: Criança e Adolescente, Juventude, Igualdade Racial, de Gênero e de Identidade de Gênero, Democracia, Educação, Saúde, com ênfase em acesso a medicamentos, Segurança Alimentar e Nutricional, Socioambiental, com ênfase nos direitos dos povos indígenas e Mobilidade Urbana; b) formar, em âmbito nacional e internacional, crianças, adolescentes, jovens, ativistas e lideranças em orçamento e direitos e justiça fiscal; c) incidir junto ao Poder Público – Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público – buscando evitar retrocessos no sistema político e na realização de direitos humanos; d) articular ações de incidência e resistência nos âmbitos local, nacional e internacional; e) trabalhar com outros para potencializar e legitimar o alcance das ações por meio de parcerias, mobilizações e campanhas.

Em 2017, dando continuidade a uma estratégia de sustentabilidade financeira sólida procuramos manter a diversificação de nossas fontes de financiamento: contamos com o apoio de 17 (dezessete) organizações entre fundações e institutos nacionais e internacionais, agências da cooperação solidária internacional, União Europeia e recursos governamentais. Nossos gastos totais foram da ordem de R\$ 7 milhões de reais e contamos com uma equipe de 35 profissionais, incluindo a direção, a assessoria, a equipe administrativo-financeira e as/os estagiários/as, sendo a maioria composta por mulheres (60%).

Demos os nossos primeiros passos na área de captação de recursos junto à indivíduos, contratando profissional específica que está nos ajudando na implementação gradual da estratégia. Como primeira etapa, realizamos uma campanha de financiamento coletivo para apoiar uma organização parceira no Distrito Federal, o Coletivo da Cidade. Foram mais de 30 mil reais arrecadados graças a doações de mais de 200 pessoas.

Avançamos também na medição do andamento dos nossos resultados. Passamos por formações em PMAS, aqui e no exterior, e elaboramos a primeira versão de um sistema virtual de registro de informações relevantes para a monitoramento das nossas metas. A Assessoria do Inesc pode alimentá-lo remotamente, o que agiliza seu preenchimento, pois ao sair de um evento, no Brasil ou fora do país, é possível registrar as informações tempestivamente. No anexo deste Relatório encontra-se o nosso Quadro Lógico atualizado para 2017.

Para atendermos os requisitos de transparência e *accountability* disponibilizamos as informações institucionais na nossa página eletrônica na internet (documentos constitutivos; sócios; conselhos diretor e fiscal; relatórios de atividades, de auditoria e financeiros; projeto e apoiadores, entre outras informações). Possuímos ainda e-mail institucional por meio do qual qualquer cidadão/ã pode se comunicar conosco solicitando informações, apresentando sugestões ou encaminhando queixas e reclamações.

A seguir, apresentamos os resultados alcançados em 2017 em torno dos sete objetivos específicos que irão nortear nossa ação para os próximos anos.

1. Objetivo Específico 1: Reforçar capacidades na sociedade civil em *Orçamento e Direitos*

1.1 Formação de crianças, adolescentes e jovens

Em 2017 o Inesc formou 371 crianças e adolescentes em Orçamento e Direitos por meio dos projetos Onda (249) e Oca (122).

1.1.1 Onda

O principal enfoque do Onda é assegurar o envolvimento de crianças e adolescentes de áreas socioambientalmente vulneráveis do Distrito Federal e entorno na discussão sobre direitos e cidadania, observando como esses itens se relacionam com o orçamento público. A ideia é fortalecer a capacidade de atuação dos/as jovens na conquista de seus direitos e no monitoramento das políticas públicas a eles/as destinadas. Os integrantes do projeto participam de uma série de encontros baseados nos princípios da educação popular, da arte-educação e da educomunicação. Em formato de oficinas, os encontros tratam de questões referentes aos direitos humanos, à participação democrática e organização do Estado, à educação de qualidade, às noções de justiça ambiental e à comunicação. Os/as adolescentes passam a frequentar espaços políticos importantes, como a Câmara Legislativa do Distrito Federal e o Congresso Nacional. Além de participarem de diálogos com o poder Executivo e de acompanharem audiências públicas nas quais são debatidas as principais questões que afetam seus direitos. As crianças e adolescentes do projeto, como parte de sua formação, realizam pesquisas sobre políticas públicas na sua comunidade e apresentam seus resultados em boletins. Em 2017, o projeto atuou em duas escolas públicas, Paranoá e Itapoã, e expandiu sua atuação para quatro unidades de internação (em Santa Maria, Recanto das Emas e São

Sebastião), trabalhando com meninas e meninos cumprindo medidas socioeducativas. Esse trabalho inovador rendeu ao Onda o prêmio Centro Oeste do Itaú-Unicef.

Projeto Onda premiado pelo Itaú-Unicef

Novembro 2017

Em 2017 o projeto Onda desenvolvido na Unidade de Internação de Santa Maria (UISM), no Distrito Federal, foi reconhecido pelo prêmio Itaú – Unicef no âmbito local como importante na área de educação integral. A iniciativa foi realizada em parceria com a escola que atende à Unidade. A proposta foi desenvolvida com foco em Direitos Humanos, poesia e música. Como fruto do trabalho foi gravado um CD com músicas autorais dos e das adolescentes integrantes do projeto.



O projeto Onda conseguiu trazer visibilidade para o sistema socioeducativo, especialmente para a medida de internação, por meio de reuniões com o poder público, de divulgação de informações e análises e de realização de audiência pública específica na Câmara Distrital. Provocados pelo projeto Onda, acadêmicos, várias categorias de servidores públicos, conselheiros tutelares e integrantes de ONG e movimentos sociais se articularam para monitorar essa política no GDF. Ao formar uma articulação com diferentes segmentos, estabelecemos um diálogo com as autoridades locais e conseguimos algumas conquistas. Por exemplo, o governo adquiriu scanner corporal para evitar revista vexatória nas unidades de internação (tão pleiteado pelos adolescentes e familiares); as unidades começaram timidamente a desenvolver projetos de cunho pedagógico, ampliando o tempo educativo e reduzindo as longas horas de ociosidade e, conseqüentemente, diminuindo as ocorrências de violência. Ao ser convidado para apresentar o trabalho no 1º Simpósio Nacional de Socioeducação, a metodologia do Inesc passou a ser divulgada e suscitou interesse de universidades e de gestores de diversos estados brasileiros.

1.1.2 Oca – Observatório da Criança e do Adolescente

O Observatório da Criança e do Adolescente – Oca visa à construção de um observatório da Cidade Estrutural protagonizado por crianças e adolescentes residentes na cidade, para que eles monitorem o que está acontecendo, para onde está indo o orçamento destinado às ações para o ano e se os seus direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca) estão sendo atendidos. O Observatório também possui como objetivo perceber quais são os desejos, anseios e reivindicações dos moradores da



Estrutural para a cidade e se eles estão compatíveis com as prioridades do governo, assim como realizar audiências públicas e reivindicar aos parlamentares seus direitos que não estão sendo atendidos, incidindo politicamente em seu contexto territorial, sendo porta-vozes da população da cidade. Um dos instrumentos é a agência Voz da Quebrada por meio da qual as crianças e adolescentes do Oca fazem pesquisas, elaboram e divulgam boletins, além de promoverem atividades de mobilização.

Container reformado que abriga o OCA, Coletivo da Cidade, Estrutural

Em 2017, demos continuidade as atividades de formação envolvendo crianças e adolescentes atendidos pela ONG parceira Coletivo da Cidade no processo de formação, que usa a metodologia de educomunicação. Foram também realizadas pesquisas na comunidade, atividades de incidência bem como ações de mobilização. A originalidade do Oca lhe valeu ser reconhecido como tecnologia social pela Fundação Banco do Brasil, em agosto.

OCA é certificado como Tecnologia Social pela Fundação Banco do Brasil

Agosto 2017.



O Observatório da Criança e Adolescente (Oca), metodologia desenvolvida pelo Inesc em parceria com o Coletivo da Cidade, financiada pela União Europeia, foi uma das 173 iniciativas consideradas aptas a receber a certificação no ano de 2017, de um total de 735 iniciativas inscritas. Esta foi a nona edição da premiação, que tem o objetivo de levantar projetos sustentáveis que possam ser reaplicados em diversas comunidades.

A triagem foi realizada por uma comissão composta pela equipe técnica da Fundação BB, que obedeceu aos critérios do regulamento para chegar às propostas selecionadas.

Dentre os requisitos solicitados estavam: o tempo de atividade, as evidências de transformação social, a sistematização da tecnologia, a ponto de tornar possível sua reaplicação em outras comunidades, e o respeito aos valores de protagonismo social, respeito cultural, cuidado ambiental e solidariedade econômica.

Com a certificação, as tecnologias passam a compor o Banco de Tecnologia Social (BTS) da FBB, que atualmente conta com 995 iniciativas aptas para reaplicação. O BTS é uma base de dados *online*, que reúne metodologias reconhecidas por promoverem a resolução de problemas comuns às diversas comunidades brasileiras. Esta edição teve a cooperação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o apoio do Banco de Desenvolvimento da América Latina (Caf), do Banco Mundial, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Fao) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

O OCA, que foi iniciado pelo Inesc em parceria com o Coletivo da Cidade, tendo apoio do Instituto C&A em 2013, pode continuar graças à financiamento da União Europeia. O ano de 2017 foi o último do projeto e por isso realizamos avaliação externa. Os resultados foram bons conforme atesta o relatório final da avaliação:

“A caminhada do projeto OCA foi composta por muitos aprendizados e desafios e alcance das metas, quase em sua totalidade, propostas no projeto inicial. Os impactos identificados pela equipe educadora, gestora, de educandos e de avaliação são considerados múltiplos e tem potencial de multiplicação para pessoas de fora do projeto e da comunidade. Mudanças positivas na vida dos beneficiários, famílias e equipe, e na própria estrutura da instituição executora do projeto foram observadas. Do ponto de vista do público focal do projeto, acredita-se que principalmente os adolescentes que tiveram maior assiduidade no Coletivo obtiveram mudanças significativas no que tange o conhecimento de políticas públicas, orçamento e direitos humanos, uma maior identidade periférica e protagonismo diante do seu contexto local, e uma maior possibilidade de continuarem sendo transformados e sendo agentes de transformação nos próximos anos. As crianças também foram beneficiadas pelo espaço lúdico, com oportunidade de fala, local com segurança e alimentação, além de todo o conhecimento educacional provido pelos educandos do projeto”.

O fechamento do projeto ocorre no meio à uma conjuntura extremamente adversa, pois no começo de 2018 o governo do Distrito Federal fechou o Lixão, principal fonte de rendimento da absoluta maioria dos habitantes da Cidade Estrutural. E até o momento são muito incipientes as alternativas apresentadas pelo Executivo Distrital, deixando na insegurança milhares de trabalhaodores.

1.2 Formação e sensibilização de lideranças

Em 2018 o Inesc investiu muita energia nos processos de formação e de sensibilização em Orçamento e Direitos. Em primeiro lugar, atualizou sua metodologia, aprimorando conceitos e entendimentos. Para tal, a própria equipe passou por processos de formação, tanto dos conteúdos da metodologia como em educação popular. Além disso, demos início a elaboração de métodos de tutoria, como forma de dar seguimento às formações, auxiliando os educandos nas suas atividades de incidência. Importante destacar que os processos preparatórios de sensibilização e de formação em Orçamento e Direitos são participativos e contam com os diversos atores, educadores e educandos. A diferença entre sensibilização e formação tem a ver com o conteúdo e a intensidade da formação. Em geral, a sensibilização é feita em um dia enquanto a formação requer três dias, e continuam no processo de tutoria à distância.

Assim, em 2017, formamos 370 lideranças em Orçamento e Direitos e sensibilizamos 341, de 21 organizações (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, 10 Movimentos Cidades e 9 Redes de Bibliotecas Comunitárias). A maioria dos/as formados/as foi de mulheres, conforme a Tabela 1:

Tabela 1 – Inesc: número de sensibilizados/as e formados/as em Orçamento e Direitos, 2017

	Mulheres	Homens	Não Sabe/ Não quer responder	Outros	Total
Formação					
10 Movimentos Cidades	77	63	1	2	143
9 Redes de Bibliotecas Comunitárias	171	44			215
1 Apib	2	10			12
Total	250	117	1	2	370
Sensibilizações					
Estudantes Indígenas	10	11			21
Estudantes Gestão em Saúde Coletiva	46	24			70
1 Contag	149	99		2	250
Total	205	134			341

Fonte: PMAS do Inesc.
Elaboração própria.

1.2.1 Sensibilização

Jovens

Sensibilizamos em Orçamento e Direitos estudantes de Gestão em Saúde, em Brasília, e estudantes indígenas de diversas áreas de conhecimento, em Salvador, durante o Encontro Nacional de Estudantes Indígenas – Enei realizado em setembro. O Enei é um espaço que visa reunir estudantes indígenas do ensino superior de todo o Brasil, proporcionando a troca de saberes, discussão e socialização de experiências de pesquisas no ensino superior indígena, sobre saberes locais, educação, saúde, gestão territorial, direito, entre outros. Nossa sensibilização deu ênfase à saúde indígena, considerada prioridade por eles e elas.

Contag

A sensibilização junto à Contag foi cuidadosamente preparada em parceria com a Escola Nacional de Formação – Enfoc/Contag. Avaliamos que seria mais efetivo introduzir o tema de Orçamento e Direitos durante os cursos regionais de formação da Escola. Nesse sentido, participamos dos cursos das cinco regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste). Dos cinco dias de formação organizados pela Enfoc, um foi dedicado à Orçamento e Direitos. A formação chegou a 250 pessoas de todo o país, sendo 60% de mulheres e 64% negras. Em 2018 deveremos retomar a parceria, dessa vez aprofundando os conhecimentos e construindo coletivamente planos de incidência e de multiplicação da formação.



Sensibilização em Orçamento&Direitos de lideranças da Contag

Note-se, ainda, que o Inesc foi convidado por diversas organizações, como por exemplo, encontros de movimentos sindicais para discutir temas afetos ao Orçamento Público, em especial a Reforma Tributária.

1.2.2 Formação

Em 2017 formamos diferentes grupos, a saber: 9 Redes de Bibliotecas Comunitárias, 10 Movimentos Cidades e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib.

Bibliotecas Comunitárias

Antes de iniciar as atividades de formação, realizamos pesquisas e diálogos com representantes das Redes para conhecer suas demandas e necessidades. A partir deste mapeamento, formamos 217 lideranças, sendo 80% de mulheres, de oito redes locais (Rio de Janeiro, Fortaleza, Baixada Fluminense, São Paulo, Recife, São Luis, Belo Horizonte e Salvador) e uma Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias. A formação visou contribuir com o fortalecimento desses coletivos no tema de ciclo orçamentário nas políticas de cultura e de educação. Buscamos consolidar a ideia de que a



Formação em Orçamento&Direitos de lideranças de Redes de Bibliotecas Comunitárias

leitura é um direito humano, que se realiza com a Política de Leitura e Escrita e com dotação no orçamento público. Além das atividades presenciais de formação, demos início ao processo de tutoria *on line* que deverá se consolidar em 2018. Em 2018 também será realizada capacitação no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC para que as redes de bibliotecas comunitárias envolvidas no projeto sejam fortalecidas na sua proposta de sustentabilidade financeira.

Rede Cidades

Em parceria com a Rede Cidades o Inesc vem desenvolvendo o projeto MobCidades, que envolve 78 organizações não governamentais de 10 movimentos em 10 cidades (Brasília, Belo Horizonte, Ilhéus, Ilhabela, João Pessoa, Recife, Piracicaba, Rio de Janeiro, São Luís e São Paulo).

O projeto consiste na capacitação destas organizações para que atuem no orçamento público, na mobilidade urbana e no direito à cidade, com vistas a regulamentar o transporte como direito social. O Inesc coordena o projeto e em cada uma das cidades uma organização local atua como ponto focal, responsável por mobilizar os movimentos. Em 2017 formamos 143 lideranças em todas as cidades, por meio de oficina de três dias intitulada “Introdução em Orçamento e Direitos: Como olhar para o Direito à Cidade”. Na referida oficina abordamos temas como o direito à cidade, a Política Nacional de Mobilidade Urbana, a metodologia Orçamento e Direitos, o funcionamento do orçamento público e ao final foi elaborado um plano de incidência de cada uma das cidades. Além das oficinas, as ONG de cada uma das cidades realizaram dezenas de reuniões, de mobilizações e de atividades de incidência nas leis orçamentárias locais. Todas as pessoas envolvidas no projeto também fizeram o curso *online* promovido pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, Introdução ao Orçamento.



Formação em Orçamento&Direitos de lideranças da Rede Cidades

Em 2018, as oficinas locais vão tratar do orçamento temático da mobilidade urbana. Haverá também o módulo 2 do curso da SOF e outro curso *online* sobre contratos e licitações promovido pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Uma atividade em Brasília de avaliação e definição dos próximos passos será realizada ainda no primeiro semestre.

Apib

Desde 2016, o Inesc vem construído junto à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) um processo de formação em “orçamento e direitos indígenas”, tendo como público alvo lideranças do movimento indígena brasileiro. Seguindo decisão das próprias lideranças, o primeiro tema a ser trabalhado foi o direito à Saúde Indígena com ênfase no controle social. Desde então temos trabalhado para construir análises, formações e materiais pedagógicos que tratem do tema da saúde indígena e seu modelo, resultado da árdua luta dos povos indígenas, mas também repleta de desafios. Já em 2017, realizamos um encontro de dois dias cujos conteúdos e metodologia foram construídos em parceria com Apib tendo a colaboração de um consultor indígena indicado pela Articulação. A formação foi muito bem recebida pelas lideranças participantes e resultou imediatamente em incidência política: como parte da

programação da oficina: foi articulada uma reunião com o Secretário de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Marco Antônio Toccolini, na qual os indígenas questionaram a falta de transparência e o montante de recursos públicos repassados às entidades conveniadas que atualmente são responsáveis por executar ações complementares de saúde no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Como resultado da formação, o Inesc em parceria com as lideranças indígenas decidiram transformar o conhecimento ali compartilhado em uma cartilha, para que seu conteúdo ganhe vida própria e se espalhe por cada vez mais territórios. Esse processo de construção da cartilha está em andamento e será finalizado no primeiro semestre de 2018. Além disso, também estamos buscando realizar outras formações com o tema “Orçamento e Direito à Saúde Indígena” junto a outras articulações do movimento indígena, dessa vez de caráter regional.



Formação em Orçamento & Direitos de lideranças da Apib, Brasília

Em consequência das diversas formações, atividades de incidência foram realizadas. Neste sentido, podemos destacar as demandas apresentadas pela Apib ao Ministério da Saúde em relação ao aprimoramento do controle social da Política de Saúde Indígena; a realização de uma Audiência Pública na Câmara Federal sobre o direito ao transporte. Tal iniciativa foi uma parceira da Rede Cidades com a Comissão de Legislação Participativa da Câmara; e a realização de diversas ações de incidência dos Movimentos Cidades em seus respectivos locais. Assim, por exemplo, o Movimento Nossa Brasília atuou junto ao governo distrital por mais transparência orçamentária e o Movimento Nossa BH apresentou propostas de emendas ao PPA de Belo Horizonte bem como debateu com as autoridades locais os plano municipal de Mobilidade.

2. Objetivo Específico 2: Influenciar o orçamento e decisões públicas em temas e territórios estratégicos

2.1 Mobilizações de denúncia contra o golpe parlamentar e as medidas de austeridade

Em 2017 o Inesc, tanto individualmente como com outros, continuou desenvolvendo atividades de denúncia do golpe parlamentar que marcou o país em 2016. Para tal, foram elaborados abaixo-assinados, manifestos, notas e declarações. Destaque-se que o Inesc foi um dos promotores de importante iniciativa batizada “Alerta Social – Que direito você perdeu hoje?”, lançada em 2016. Trata-se de iniciativa de ativistas, pesquisadores, especialistas, gestores, cidadãos e cidadãs preocupados/as com a ruptura no ciclo democrático e o retrocesso nas políticas sociais que se concretizam desde a tomada do governo brasileiro, de forma ilegítima, no dia 12 de maio de 2016. Por diferentes meios – Site, Twitter, Facebook, Whatsapp, Telegram – as cidadãs e os cidadãos recebiam diariamente notícias sobre o progressivo desmonte do Estado de Bem



Estar social brasileiro. A iniciativa encerrou suas atividades quando do aniversário de um ano do golpe parlamentar.

Desde o momento em que foi proposta a Emenda à Constituição (EC) de congelamento dos gastos públicos por 20 anos, o Inesc foi a público denunciar a barbárie de tal medida em função de seus impactos negativos nos direitos humanos. À época, a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 241 na Câmara, depois a PEC 55 no Senado e finalmente EC95, foram minunciosamente avaliadas pelo Inesc, que produziu diversas análises, participou de audiências públicas no Congresso e realizou aulas públicas em colégios e universidades (note-se que os estudantes, com destaque para os secundaristas, realizaram greve contra a medida). Desde a aprovação da Emenda, em dezembro de 2016, o Inesc manteve-se na resistência para que a medida fosse revogada, com a produção de reflexões sobre seus efeitos nos direitos humanos e de apresentação de alternativas à medida. Além disso, continuou alimentando o debate com a realização de audiências públicas e a participação em diferentes eventos sobre o tema.

Cabe destacar o estudo produzido em parceria com o *Center for Economic and Social Rights – CESR* e a Oxfam Brasil sobre os “Efeitos das Medidas de Austeridade nos Direitos Sociais no Brasil”, lançado em audiência pública, em dezembro de 2017 na Câmara dos Deputados, na Comissão de Direitos Humanos. Tal iniciativa, realizada em parceria com a Plataforma DHESCA e com outras organizações, contou com a presença de parlamentares e com a de dezenas de organizações da sociedade civil. Na ocasião, realizamos um *live* no Facebook para tirar dúvidas sobre a EC 95 e sobre o estudo. Lançamos também na Audiência Pública a Campanha pela Revogação da EC 95, coordenada pela Plataforma DHESCA, da qual o Inesc participa como um de seus articuladores.

No cenário internacional, realizamos, junto com o CESR, Oxfam Brasil e Conectas, intensa atividade de incidência denunciando a violação de direitos que representa a EC95: enviamos materiais aos relatores especiais da ONU para Pobreza Extrema e Direitos Humanos (Phillip Alston) e para Dívida Externa e Direitos Humanos (Juan Pablo Bohoslavsky). Em decorrência dessas ações, Philip Alston emitiu nota na véspera da aprovação da EC95, posicionando-se contrário à medida. Já Juan Pablo Bohoslavsky irá realizar visita oficial ao Brasil em março de 2018 e o Inesc, junto com outros, será uma das organizações que irá auxiliá-lo na preparação de sua agenda no país.

Também participamos de eventos do FMI e do Banco Mundial para questionar o posicionamento dessas instituições referentes à EC 95 e mostrar que existem alternativas para a superação da crise fiscal no Brasil que não necessitam passar pela violação de direitos.

Em função de sua atuação junto ao Congresso Nacional, o Inesc recebeu prêmio deste poder da República.



Inesc recebe Prêmio Selo de Participação Legislativa da Câmara dos Deputados

Novembro 2017.

Concedida pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados (CLP), a premiação agradeceu entidades da sociedade civil que tiveram atuação relevante na Câmara em 2016. O Inesc ficou em 1º lugar na categoria de Maior Número de Participantes em Eventos Propostos.

Em 2016, frente à proposta de Emenda Constitucional conhecida como “Teto dos Gastos”, que congelaria os gastos públicos por 20 anos e também dos projetos de reforma trabalhista e de reformada

previdência, o Inesc requereu a realização de um ciclo de debates sobre o futuro da Seguridade Social no Brasil. A demanda foi acatada pela Comissão de Legislação Participativa (CLP) e foram realizadas audiências públicas, com ampla participação da sociedade civil, na Câmara dos Deputados, em Brasília, e também nas cidades de Belo Horizonte (MG), Florianópolis (SC) e Fortaleza (CE).

2.2 Incidência junto ao Governo Federal

Em 2017, os esforços voltaram-se para explicitar os dramáticos impactos da austeridade fiscal nos direitos humanos, em especial no que se refere às políticas públicas de seguridade social, saúde e nos direitos dos povos indígenas e da população negra. Por ter sido eleito por outras organizações da sociedade civil, o Inesc continuou fazendo parte dos Grupos de Trabalho para a elaboração e monitoramento do 3º Plano Nacional do Governo Aberto (OGP).

No que se refere a área socioambiental, o Instituto produziu várias análises que contribuíram para uma maior disseminação de informações sobre o quadro de retrocessos nesta área e, desta forma, colaborou para fortalecer resistências contra o desmonte de políticas públicas. Tais matérias estão disponíveis no site do Inesc “Investimentos e Direitos na Amazônia”¹. Destacamos neste trabalho a série de informações e análises sobre o orçamento indigenista a cargo da Fundação Nacional do Índio – Funai assim como o desmonte da capacidade institucional do órgão. As reflexões produzidas tiveram como objetivo subsidiar debates e atos de protesto dos povos indígenas durante o Acampamento Terra Livre (ATL) que reuniu em Brasília mais de 2 mil indígenas.

No que diz respeito ao tema da mineração, o Inesc atuou, juntamente com o Comitê em Defesa dos Territórios frente à Mineração para influenciar a tramitação da Medida Provisória N° 789 de 2017 que definiu nova forma de cálculo, tarifas e formas de distribuição dos recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). A produção de conteúdos pelo Inesc sobre a MP foi importante para subsidiar movimentos e organizações sociais em defesa de uma maior cobrança da CFEM, mais transparência no uso do recurso e mais compromisso com a execução de políticas sociais. Fez parte da estratégia de incidência a participação em audiência pública para debater o tema. Uma conquista relacionada a este trabalho foi uma nova divisão dos recursos da CFEM que passa a contemplar municípios impactados pela mineração e suas infraestruturas. Esta era uma "bandeira" defendida pelo Inesc e Comitê que foi aprovada no texto da Medida Provisória convertido em Lei.

2.3 Iniciativas de promoção da Justiça Fiscal



No marco da Campanha Transnacionais Paguem o Justo foram desenvolvidas atividades tais como elaboração de notas, oficinas e mobilizações de rua.

Em 2017, o Inesc participou de uma série de reuniões – nacionais e internacionais – para acordar com parceiros ações de pesquisa e de campanhas em prol da justiça fiscal. No Brasil, o Inesc coordena o

Grupo de Trabalho de Justiça Fiscal da Rede Brasileira pela Integração dos Povos – Rebrip. Na América Latina, os temas que vêm ganhando força são os de gastos tributários e combate aos paraísos fiscais.

¹ A esse respeito ver: <http://amazonia.inesc.org.br/>

Ainda em 2017 o Inesc participou ativamente de várias iniciativas que buscam apresentar propostas concretas em prol da Justiça Fiscal: somos parte da Coordenação do Projeto Brasil e também integramos o Grupo de Trabalho sobre Reforma Tributária desta iniciativa. Além disso, participamos do Grupo de Trabalho sobre Reforma Tributária, coordenado pela Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip) e Plataforma Política Social. No âmbito deste mesmo grupo, o Inesc é responsável pela animação do Subgrupo Tributação Ambiental. Um conjunto de sugestões para o país está sendo construído por estas distintas coalizões e deverá vir à público em 2018.

Promovendo a Igualdade de Gênero e Raça – Projeto Mulheres Jovens Negras

O projeto Mulheres Jovens Negras Fortalecidas contra o Racismo e o Sexismo iniciou em novembro de 2016. Trata-se de iniciativa que envolveu 6 organizações (Inesc, Fase, Ibase, Criola, Ação Educativa e Oxfam Brasil) e que aconteceu em quatro cidades – Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, contando com o apoio da Oxfam Brasil e da Embaixada Britânica. O Inesc é a organização responsável pela sua execução em Brasília.

O projeto buscou incentivar a formação de *hubs* de mulheres jovens negras, isto é, a criação de espaços de articulação de coletivos e movimentos para irradiar informações, criações, soluções locais, cultura e posicionamentos frente à violação de direitos das mulheres jovens negras.

Na capital federal, o projeto contou com 20 jovens, pertencentes a 15 coletivos, que desenvolveram um conjunto de ações como: realização de pesquisas, participação de eventos, organização de atividades autogestionadas, intercâmbios entre as cidades e promoção de atividades de incidência na defesa da igualdade racial.



O projeto está previsto para encerrar-se em início de 2018 e, para tal, foi realizada avaliação participativa no *hub* de Brasília. Concluiu-se que o projeto fortaleceu mais as ativistas individualmente do que os seus coletivos. Isto porque o racismo impacta profundamente a vida das jovens negras, e o *hub* se tornou, também, um espaço de autocuidado entre ativistas, onde a perspectiva individual se mostrou mais relevante para o fortalecimento delas na militância. Além disso, os coletivos dos quais elas participam originalmente são mistos, e o *hub* se tornou o espaço principal de articulação para elas. Ainda assim, gerou-se um grupo coeso, que se articulou para projetos futuros, com criação de outros coletivos a partir da participação no projeto.

Destaque-se, ainda, que o Inesc foi convidado para integrar a Comissão Julgadora do Prêmio outorgado anualmente pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Tal prêmio visa prestigiar iniciativas do Ministério Público que contribuem para a concretização do Planejamento Estratégico desta organização. Além do Inesc, integraram a Comissão representantes do Ministério Público, da OAB, da Academia, do Congresso Nacional, do Ministério dos Direitos Humanos, do Conselho Nacional de Justiça, da Associação Brasileira de Imprensa e de outras organizações e movimentos sociais. Das mais de mil propostas inscritas, 27 foram premiadas em áreas como defesa de direitos, redução da criminalidade, diminuição da corrupção e promoção de políticas públicas, entre outras. Este convite reforça a credibilidade e legitimidade do Inesc nessas áreas.

3. Objetivo Específico 3: Atuar na defesa da reforma ampla do sistema político

Em 2017, o Congresso Nacional aprovou uma série de medidas eleitorais que entrarão em vigor nas eleições de 2018. Entre as mudanças estão: fundo público para financiamento de campanhas, alterações sobre prestação de contas dos/as candidatos/as, propaganda eleitoral, financiamento coletivo e parcelamento de multas, bem como questões como coligações e cláusulas de barreira. São alterações que contribuem muito pouco para aprofundar a democracia, ao contrário favorecem grandes partidos e candidatos ricos. Conforme destacou José Antônio Moroni, do Colegiado de Gestão do Inesc, em entrevista para o Observatório da Sociedade Civil²:

Todas as reformas eleitorais aprovadas no Brasil foram assim, em cima da hora, sem grandes debates com a sociedade e unicamente pensando nas próximas eleições e em como manter os mesmos nos espaços de poder. Esta é a lógica. Isso só muda se o povo propuser uma ampla reforma através de uma Assembleia Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político por meio da qual o povo decida que sistema político quer, que modelo de democracia quer, qual poder quer.

Lutar por outro sistema político é o mote da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político³. Criada em 2004, a Plataforma busca disputar em âmbito nacional o debate da reforma do sistema político, defendendo a radicalização da democracia para o enfrentamento das desigualdades, a promoção da diversidade e o fomento da participação cidadã. A Plataforma é integrada por cerca de 120 redes, fóruns, articulações, movimentos, organizações, coletivos, ativistas e pesquisadores de todo território nacional. O Inesc faz parte do Grupo de Referência da Plataforma e, como tal, liderou a organização, em abril de 2017, de um encontro nacional da Plataforma que reuniu, por três dias, 126 organizações, coletivos, centros de pesquisa e movimentos sociais das cinco regiões do país, de todos os estados e do Distrito Federal. O encontro possibilitou uma reflexão sobre a democracia que queremos no Brasil e uma avaliação dos cinco eixos de ação da Plataforma: i) Fortalecimento da democracia direta; ii) Fortalecimento da democracia participativa/deliberativa; iii) Aperfeiçoamento da democracia representativa; iv) Democratização da informação e da comunicação; v) Democratização e transparência do Sistema de Justiça. Entre os resultados do encontro destacam-se a constituição de um sexto eixo de atuação, “Economia e Democracia”, e a definição de estratégias até 2020. O segundo semestre de 2017 foi dedicado a detalhar os acordos do Encontro, avançar nos novos conteúdos da Plataforma e captar recursos.



Encontro da Plataforma, “A democracia que Queremos”, Brasília, abril.

A Plataforma é um recurso importante de consulta para o tema da reforma política no Brasil: em 2017 foram cerca de 576 mil acessos mensais, em média.

² A esse respeito, ver: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2017/outubro/jose-moroni-reforma-aprovada-no-congresso-mantem-sistema-excludente/view>

³ Para maiores informações, ver: <http://www.reformapolitica.org.br/>

Representando a Plataforma, o Inesc buscou problematizar o tema da reforma do sistema político em diversos espaços, tais como, a reunião do Ministério Público com movimentos sociais, em maio; o III Encontro Internacional sobre Participação, Democracia e Políticas Públicas, em junho; o Encontro da Coordenação Nacional do Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), agosto; o Congresso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em agosto; e, o Encontro de Policiais Antifascistas, em setembro. Por fim, faz-se mister destacar que em 2017 a Câmara dos Deputados criou um novo grupo de trabalho para elaborar uma proposta de reforma política. O relator incorporou praticamente todas as propostas da Plataforma em seu relatório, no que trata da democracia direta e da democracia participativa. Este fato é importante, pois além da incorporação das propostas, foi a primeira vez que um relatório de reforma política oriundo do Congresso Nacional assume que reforma política é muito mais do que a simples reforma das regras eleitorais, o que sempre foi a bandeira da Plataforma.

4. Objetivo Específico 4: Promover o direito às cidades

O direito à cidade é uma bandeira que o Inesc defende especialmente desde 2012 quando participou da criação do Movimento Nossa Brasília, que passou a fazer parte da Rede Cidades.

O Nossa Brasília, animado pelo Inesc, é um movimento da sociedade civil que integra e põe em diálogo diferentes pessoas, iniciativas, redes, organizações que comungam de um mesmo propósito, o direito à cidade. É um espaço de participação política, sem vinculação com partidos e governos, a fim de que possa exercer seu papel de observatório social de forma autônoma. O modelo de gestão é horizontal, cooperativo, interligado em rede que tem propósitos comuns. Funda-se nos valores e princípios da participação, transparência, desenvolvimento sustentável, diversidade e cooperação. A participação é aberta a todos que tenham sinergia de propósitos, princípios e valores.

Os temas em destaque, escolhidos por demanda da sociedade, são: Mobilidade Urbana, Agricultura Urbana, Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos, Cultura, Gênero e Sexualidade. Os grupos e fóruns temáticos são espaços que reúnem pessoas e movimentos interessados em desenvolver diálogos, acompanhar e planejar incidências em políticas e orçamento públicos, elaborar e fortalecer projetos e ações cidadãs. Os focos transversais a todas as iniciativas do Movimento são: a Educação Cidadã, a construção participativa de Indicadores de Sustentabilidade e a Comunicação para Mobilização Social.

Trabalhamos em diferentes territórios do Distrito Federal, dialogando sobre os indicadores que inserimos na Plataforma Cidades Sustentáveis, fazendo correlação desses com o orçamento público. O que comprova que temos a região metropolitana mais desigual do país, além de ser a quarta em densidade populacional.

O coletivo executivo do Movimento fez levantamento de indicadores para a Plataforma Cidades Sustentáveis, o que nos inspirou a construir o Mapa das Desigualdades⁴, dialogando com as comunidades de três diferentes regiões, Samambaia, São Sebastião e Estrutural. Em 2018, o Mapa deverá ser complementado com depoimentos das pessoas que vivenciam essas exclusões e que têm seu direito à cidade cotidianamente violado. Em outras palavras, vamos dar cara para os indicadores.

⁴ Para maiores informações, ver: <http://www.movimentonossabrasilia.org.br/nossa-brasil-lanca-mapa-das-desigualdades-do-distrito-federal-2016/>

Além disso, por meio do Fórum Lixo e Cidadania, intermediamos o diálogo entre governo e catadores, pois a política de resíduos sólidos está em momento de transição,



devido ao programado fechamento do lixão de Brasília, em janeiro de 2018. Com relação à mobilidade, realizamos várias reuniões com representantes dos poderes Executivo e Legislativo para apresentar as dificuldades com relação a falta de transparência do orçamento público e dos desafios da política de mobilidade. Ademais, foi organizada na Câmara Federal, por demanda do Nossa Brasília, Audiência Pública para debater o transporte como direito.

Audiência Pública sobre Transporte Como Direito Social, Câmara Federal, setembro

Outra frente de atuação diz respeito à coordenação e implementação do projeto MobCidades. Realizado em parceria com a Redes Cidades, esse projeto envolve 78 organizações não governamentais integrantes de 10 Movimentos nas cidades de Brasília, Belo Horizonte, Ilhéus, Ilhabela, João Pessoa, Recife, Piracicaba, Rio de Janeiro, São Luís e São Paulo. O projeto consiste na formação de integrantes destes Movimentos na metodologia Orçamento e Direitos para que atuem no orçamento público de suas cidades, na mobilidade urbana e no direito à cidade, com vistas a regulamentar o transporte como direito social. O Inesc coordena o projeto e em cada uma das cidades uma organização local atua como ponto focal, responsável por mobilizar os movimentos. Conforme mencionamos no item 1 do presente relatório, em 2017 formamos 143 pessoas. Além disso, as pessoas envolvidas no projeto fizeram o curso *online* promovido pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, intitulado Introdução ao Orçamento.

Projeto Pró-Catador



Em 2017 o INESC deu continuidade ao projeto Pró-Catador, que foi selecionado em 2014 por meio de edital público e contratado pelo Governo do Distrito Federal com recursos da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES/MTE, para apoiar o governo local nas atividades de mobilização, cadastramento, diagnóstico, capacitação, consultoria técnica e incubação de cooperativas de catadores de material reciclável que

atuam no Distrito Federal. Houve dificuldade de execução, pois o INESC teve que interromper as atividades do projeto de janeiro a julho de 2017 em virtude do não repasse das demais parcelas do convênio. Além disso, o governo do Distrito Federal focalizou suas ações visando o fechamento do Lixão na Estrutural e durante o ano contratou as cooperativas de catadores de materiais reciclados do DF para assumir Centros de Triagens, o que afetou diretamente o público alvo do projeto e sua execução.

No ano de 2017, para as cinco metas pactuadas junto à Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH/GDF, responsável pelo projeto, os principais resultados foram:

- a) 3 filhos de catadores de material reciclável foram contratados como estagiários/as do Inesc para trabalharem no projeto;
- b) 79 catadores/as de material reciclável inscritos para a formação com carga horária de 100 horas, em temas tais como: direito e cidadania, democracia e poder, catadores na cadeia produtiva da reciclagem, associativismo e cooperativismo, trabalho em grupo e economia solidária: construção participativa, coleta seletiva e reciclagem, políticas públicas, mediação de conflitos e técnicas de processamento de resíduos sólido. Todas essas pessoas inscritas estão trabalhando em um Centro de Triagem contratado pela Secretaria de Limpeza Urbana – SLU e fazem parte de uma cooperativa. Em 2017 foram realizados 4 encontros, totalizando 32 horas, e o restante da formação está previsto para o ano de 2018;
- c) 69 catadores/as das cooperativas foram inscritos para formação em gestão dos empreendimentos e elaboração de projetos para captação de recursos, com carga horária de 80 horas;
- d) 105 kits de Equipamentos de Proteção Individual – EPIS foram entregues a catadores/as que participaram das formações do projeto e/ou foram contratados em Centros de Triagem;
- e) Realização de pesquisa de mercado no Distrito Federal acerca da comercialização dos resíduos coletados pelos catadores/as de materiais reciclados;
- f) 9 cooperativas atendidas pelo projeto foram contratadas para prestar serviços de triagem pelo SLU. O projeto apoiou os cooperados com consultorias sobre associativismo e prestações de contas;
- g) 11 cooperativas foram contratadas pelo SLU para realizar a Coleta Seletiva do DF. O ProCatador apoiou na elaboração das propostas apresentadas por estas cooperativas, contribuindo assim para assegurar sua inserção no mundo do trabalho.

5. Objetivo Específico 5: Influenciar processos de governança global e de articulações regionais e internacionais que impactam políticas nacionais estratégicas.

Em 2017, o Inesc continuou atuando na agenda internacional na luta por negociações justas, participativas, transparentes e inclusivas. Tarefa difícil considerando os efeitos combinados da crise econômica, da onda conservadora que paira sobre as Nações Unidas e outros espaços multilaterais de negociação, onde o setor empresarial ganha, cada vez mais, poder e voz e a ameaça do Presidente Trump de não respeitar o acordo de Paris.

Junto com outros, o Inesc foi proativo na denuncia em espaços internacionais das medidas do governo Temer e seus impactos no aumento da pobreza, das desigualdades e da injustiça social: fomos à Comissão de Direitos Humanos da OEA e a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

O Instituto também participou dos debates da articulação de organizações brasileiras que monitoram a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esteve ainda presente em eventos relacionados às mudanças climáticas, representando a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip) e o Grupo Carta de Belém (GCB). Representando a Rebrip também participou de atividades referentes às negociações de comércio, inclusive da Cúpula dos Povos que aconteceu as margens da XI Ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC), em dezembro, em Buenos Aires. Junto com a Rebrip monitorou a atuação das Instituições Financeiras Multilaterais (IFI), os Brics e o recém-criado Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). No campo da cooperação internacional para o desenvolvimento, o Inesc vem atuando por intermédio da Abong participando, entre outras atividades, de reuniões com o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC, na sua sigla em inglês) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

5.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O Inesc acompanha o debate do desenvolvimento sustentável desde o final dos anos de 1980 e começo dos anos de 1990 por ocasião da preparação e da realização da Conferência Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento, das Nações Unidas, conhecida como a Rio 92. As derivações que daí ocorreram também foram objeto de atenção do Instituto e entre os temas priorizados destaca-se aquilo que se chamou de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e, mais recentemente, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos na Rio+20, em 2012. O Inesc vem participando dos processos de debates oficial, nacional e internacional, desde a formulação e propostas de políticas públicas no Brasil assim como dentro da ONU. Sob a ótica do financiamento e na perspectiva da justiça fiscal o Inesc também atuou formulando posições críticas aos conteúdos apresentados pelo Brasil nas Nações Unidas no espaço de participação da sociedade civil organizada e formulando artigos e posições publicadas pela imprensa nacional e internacional. Participou do relatório da rede internacional Social Watch da qual é membro desde a sua criação em 1995. O Inesc integra o Grupo de Trabalho dos ODS da Sociedade Civil do Brasil. Como representante da Diretoria Executiva da Abong faz parte do Fórum Internacional de Plataformas de ONGs (FIP) que tem nos ODS um de seus focos principais de atuação. Além disso, em parceria com outros, continuamos denunciando junto às Nações Unidas e à Organização dos Estados Americanos (OEA) a impossibilidade de o Brasil alcançar os ODS em função das medidas de austeridade implementadas desde 2016. Estamos também contribuindo para a organização da visita ao Brasil, em março de 2018, do Especialista Independente das Nações Unidas sobre Dívida Externa e Direitos Humanos, Juan Pablo Bohoslavsky, apresentando evidências sobre os terríveis impactos na pobreza e nas desigualdades, das políticas de cortes e de diminuição dos gastos públicos implementados pelo governo brasileiro.

5.2 Negociações de clima (COP)

Como parte do acompanhamento da agenda do desenvolvimento sustentável o Inesc participa do debate sobre Mudança Climática desde o início dos anos 2000. Para tal o instituto tem estado presente em todas as Conferências das Partes para Mudança Climática (COP) nos últimos 17 anos. Essa atividade ocorre tanto por iniciativa e prioridade institucional como representando a Rebrip e o Grupo Carta de Belém, ambas articulações compostas por ONG nacionais e locais, por sindicatos de trabalhadores e por movimentos sociais do campo e da cidade. O Inesc tem sido chamado por estas articulações para ser um dos porta-vozes de suas posições nas COP onde são realizados seminários e reuniões com governos ou em eventos oficiais em nome de um determinado setor da sociedade civil brasileira. Em 2017 estivemos presentes na reunião preparatória, em Bonn (Alemanha) e depois na oficial, COP 23, no mesmo local assim como em reuniões da Rebrip e do Grupo Carta de Belém sobre o tema. O Inesc participou também de debates no Congresso Nacional e do Fórum Nacional de Mudanças Climáticas, que é um Fórum independente do governo, com participação de academia, de organizações da sociedade civil, do setor privado e de órgãos governamentais para apoiar e subsidiar o governo brasileiro na tomada de decisões para o enfrentamento da mudança climática e implementação do Acordo de Paris firmado em 2015, na França. O Inesc, representando o Grupo Carta de Belém, participa da Comissão Nacional para REDD+ (Conaredd). Tal Comissão, presidida pela Ministério do Meio Ambiente, é responsável por coordenar, acompanhar e monitorar a implementação da Estratégia Nacional para REDD+ do Brasil.

5.3 Negociações de Comércio (OMC)

O Inesc acompanha as negociações de comércio internacional como membro da coordenação da Rebrip desde o início da chamada Rodada de Doha. Nesse sentido, também atua como representante de sociedade civil dentro das negociações oficiais, tendo a oportunidade de influenciar posições e também transmitir mensagens mais críticas das organizações da sociedade civil pertencentes à rede. Em 2017 participamos das atividades da Rebrip relacionadas à XI Ministerial da OMC, ocorrida em Buenos Aires, Argentina, em dezembro. Além da presença no evento oficial, também nos manifestamos em reuniões com a Missão Brasileira expressando a nossa visão crítica e fomos palestrante do evento do Fórum Feminista e a OMC no contexto da "Cumbre de Los Pueblos", que é o evento paralelo onde se desenvolvem as respostas críticas das organizações e movimentos sociais de todo o mundo.

A reunião em Buenos Aires ocorreu em um ambiente de muita tensão e violência por parte do governo argentino, que inclusive proibiu a entrada ao país de 64 ativistas internacionais, inclusive a representante do Inesc/Rebrip. Tal situação foi contornada por meio de negociação política do Ministério das Relações Exteriores do Brasil com o governo argentino e outros países da União Europeia.



Marcha contra a OMC, Buenos Aires, dezembro.

5.4 Instituições Financeiras Internacionais (Banco Mundial, FMI e NBD)

O Inesc fez parte da criação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Internacionais (Rede Brasil) que tinha como objetivo acompanhar e monitorar as ações e as políticas dos bancos de desenvolvimento tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Essa Rede se desfez e na atualidade esse monitoramento é realizado em outras articulações, dentre as quais a Rebrip. Em 2017, o Inesc voltou a ser um dos porta-vozes da Rebrip para o tema quando da realização dos encontros de Primavera e de Outono do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, em Washington-DC, nos Estados Unidos. Nossa participação envolveu reuniões com a Representação do Brasil e outros países e a realização de seminários nos eventos paralelos que contam com representantes da sociedade civil. Em 2017, realizamos um seminário em parceria com a Christian Aid intitulado “The importance of Progressive Fiscal Policy in Tackling Intersecting Inequalities in Latin America and the Caribbean”. Na ocasião apresentamos os impactos nos direitos humanos das medidas de austeridade adotadas no Brasil desde 2016. Mostramos que existem alternativas para a superação da crise fiscal no Brasil, que não é preciso passar pela redução de direitos. Entre essas alternativas estão duas ações nas quais o Inesc está envolvido: uma proposta de reforma tributária com justiça fiscal e a implementação da Campanha “Multinacionais Paguem o Justo”. Além disso, em reunião com a equipe do Banco Mundial e com representantes da sociedade civil sobre sua Estratégia de Parceria de País (*Country Partnership Framework – CPF*) conseguimos que o documento fosse alterado para constar que a busca por espaço fiscal no Brasil deve levar em consideração a dimensão da receita orçamentária, com revisão dos gastos tributários e uma reforma tributária progressiva; e não apenas o corte de despesas, como estava antes.

No que se refere ao Novo Banco de Desenvolvimento (NBD/Brics) o Inesc tem sido bastante ativo tanto representando a Rebrip como participando de outras redes sobre o tema, a saber o GT Brics da Coalizão Direitos Humanos no Desenvolvimento e o *Brics Feminist Watch*. Em 2017 organizamos, em parceria com Oxfam Brasil, seminário ampliado para discutir posições da sociedade civil brasileira em relação ao NBD; elaboramos proposta de participação social no âmbito dos Brics para debater com a Rebrip e com a coalizão global; participamos da reunião da direção do NBD com a sociedade civil, em Shanghai, em outubro; participamos das reuniões e das atividades do *Brics Feminist Watch*, que apresentou ao Banco propostas concretas sobre a igualdade de gênero; e, elaboramos artigos que foram amplamente divulgados na mídia.



Reunião do NBD com organizações da sociedade civil, Shanghai, outubro.

O NBD é uma institucionalidade de nova geração que merece atenção especial. Ainda que, ao que tudo indica, esteja reproduzindo mazelas semelhantes as das IFI tradicionais, apresenta características que o destacam, tais como: ser um banco de países do Sul, funcionar com uma lógica um país/um voto, ter um discurso de promoção da sustentabilidade, praticar o diálogo com a sociedade civil.

5.5 Transparência e Accountability

O Inesc é um dos *stewards* do *Global Initiative for Financial Transparency* (GIFT) e nessa condição participou do Encontro Bidual dos Stewards, em outubro, em Washington-DC. Na ocasião, o Inesc apresentou sua experiência de trabalho nas áreas de transparência e de justiça tributária e defendeu a importância do GIFT ampliar sua agenda abarcando o tema da transparência tributária, tão importante para a promoção dos direitos humanos. A sugestão do Inesc foi acolhida pelo GIFT.



Reunião dos Stewards do GIFT, Outubro 2017, Washington-DC.

Em âmbito internacional, apesar de avanços alcançados em algumas áreas, o sentimento geral é de que as negociações resultam no esvaziamento das agendas climática, de comércio, de direitos humanos e de sustentabilidade e na privatização dos bens comuns. As propostas acordadas em nada alteram o atual modelo de produção e de consumo, impedindo efetivos progressos na conquista da justiça socioambiental e na diminuição do aquecimento global. O crescente poder do setor empresarial nas Nações Unidas, especialmente devido à queda de aportes de recursos dos estados que vem sendo compensada por verbas privadas, tem dado voz aos interesses privatizantes.

6. Objetivo Específico 6: Inovar a comunicação para fortalecer a identidade institucional, a capacidade de incidência e ampliar o alcance na sociedade

6.1 A visibilidade do Inesc cresce

A visibilidade dos conteúdos do Inesc em seus canais digitais teve aumento de audiência pelo segundo ano consecutivo (2016-2017), conforme pode ser observado na Tabela 2:

Tabela 2 – Inesc: presença nas mídias sociais, 2016 e 2017

Meio	2016	2017	Variação
Site	1.000 acessos por dia	1.252 acessos por dia	+25%
Facebook	15.000 curtidas	19.556 curtidas	+30%
	2.000 de alcance/dia, em média	6.864 de alcance/dia, em média	+343%
YouTube	30.000 visualizações	37.187 visualizações	+24%
Twitter	1.255 seguidores	1.748 seguidores	+39%

Fonte: PMAS do Inesc.
Elaboração própria.

6.2 Aprendendo a captar recursos junto à indivíduos

Em 2017, o Inesc, com os poucos recursos disponíveis, passou a sensibilizar seus sócios para que sejam doadores. Até o momento, o retorno tem sido baixo. Além disso, foi realizada experiência inovadora de *crowdfunding* para um parceiro, o Coletivo da Cidade, entre os meses de junho e agosto. Um artista de Brasília, Délcio Batalha, doou ao Inesc 12 telas que abordam o tema de crianças e adolescentes. Com as telas organizamos uma exposição em dois lugares de grande circulação em Brasília. Além dos quadros, as recompensas da campanha foram desenhos feitos pelas crianças e adolescentes do Coletivo da Cidade a partir de interpretações dos quadros do artista. Com divulgação do *crowdfunding* nos locais de exposição, nos mailing do Inesc e do Coletivo e nas redes sociais das duas instituições, conseguimos 205 doadores, totalizando R\$ 31.320,00 que foram transferidos para o Coletivo da Cidade. Foi uma iniciativa interessante, que deu visibilidade para o Inesc e para o Coletivo, mas avaliamos que o custo institucional (horas de trabalho e despesas com a organização da iniciativa) foi bastante elevado.



Délcio Batalha e as telas doadas ao Inesc.

6.3 Implementando o Plano de Comunicação

A implementação do Plano de Comunicação vem acontecendo de forma satisfatória. Em 2017 teve mudança na equipe, pois o Assessor de Comunicação mudou-se para São Paulo para trabalhar para Oxfam Brasil. Foi substituído por profissional que tem grande familiaridade com ONG e com mídias alternativas. Em 2018 deveremos abrir o processo para contratação do novo site do Inesc.

Ainda em 2017 a equipe do Inesc passou por um processo de formação em comunicação realizado pela empresa americana Vanguard. Essa formação contou com o apoio do IBP e produziu importantes insumos para nossa estratégia de comunicação.

7. Objetivo Específico 7: Inovar estratégias e metodologias, aperfeiçoar a gestão institucional e a captação de recursos

7.1 Uma estratégia de captação de recursos institucional diversificada

A estratégia de sustentabilidade financeira do Inesc é, em geral, bastante consolidada. Do ponto de vista da captação institucional, o Inesc tem uma razoável carteira de organizações que apoiam a instituição. Em 2017, foram 17 organizações entre fundações e institutos nacionais e internacionais, agências da cooperação solidária internacional, União Europeia e recursos governamentais. No que se refere à captação junto a indivíduos, como mencionado anteriormente, demos início a sensibilização dos associados do Inesc e organizamos um *crowdfunding*.

7.2 PMAS em fase de consolidação

Nesta área também avançamos. Construímos um sistema virtual de monitoramento dos resultados (*Google Form*), que pode ser preenchido a distância pelos integrantes da equipe. Graças a ele pudemos dimensionar nosso alcance direto, pouco mais de 19 mil pessoas em 2017. Contudo, precisa ser aprimorado, mas sua construção de forma participativa e sua utilização pela equipe técnica do Inesc contribuíram para criar a cultura de atuação orientada a resultados. Além disso, participamos de duas formações em PMAS, uma promovida em Brasília pela União Europeia (3,5 dias) e outra pela *Open Society Foundations*, em Nova York (2,5 dias).

No que se refere aos fatos e fatores que podem ameaçar a atuação do Inesc, para o quadriênio 2017-2020 identificamos um conjunto de 8 riscos bem como as estratégias de gerenciamento dos mesmos. No geral, as ameaças dizem respeito à fragilização das organizações da sociedade civil e suas redes (criminalização, insuficiência de recursos), à falta de diálogo com os poderes públicos e ao progressiva esfacelamento da democracia. A equipe do Inesc se reúne duas vezes ao ano para fazer o balanço do semestre e, rever os rumos, caso necessário. São nesses momentos que os riscos são revisitados. O que não impede tomar providências caso um deles se efetive em algum outro momento do ano.

7.3 Modernizando a área administrativo-financeira

Seguindo recomendação da avaliação externa realizada em 2016, o Inesc informatizou seus procedimentos financeiros, contábeis e patrimoniais. Estamos ainda em fase de aprendizagem, mas entendemos que estamos otimizando nossa atuação nessa área e possibilitando maior transparência dos nossos resultados.

7.4 Contribuindo para a formação da equipe

Em 2017 fizemos um esforço para formação da equipe: além de apoiar financeiramente um curso de graduação e a participação em cursos de idiomas e de aperfeiçoamento profissional de vários integrantes da equipe, estimulamos processos de aprendizagens em diversas áreas, tais como, PMAS, comunicação, formação centrada na aprendizagem e combate ao racismo.

7.5 Buscando inovar

Com o intuito de sermos capazes de enfrentar os novos tempos e de estabelecer diálogos com novos sujeitos, estamos investindo energias em espaços de inovação, em atividades que nos permitam adquirir novas capacidades e habilidades institucionais. Nesse sentido, em 2017 o Inesc resolveu apostar de forma mais intensiva na formação em Orçamento e Direitos. Para isso, teve que atualizar sua metodologia e treinar a equipe em processos formativos baseados na educação popular. Esse esforço envolveu ao longo do ano toda a equipe técnica bem como a direção do Inesc com debates internos, processos de formação da própria equipe e organização de seminários com especialistas. Essa dinâmica foi bastante inovadora, pois ocorreu de forma transversal e concomitante aos processos formativos de lideranças de movimentos e ONG, o que possibilitou uma regular interação entre os processos formativos intra-Inesc e extra-Inesc.

A experiência do *crowdfunding* foi inovadora, não somente porque o Inesc nunca tinha realizado iniciativa semelhante, mas porque envolveu toda a equipe, inclusive a área administrativo-financeira, e levou para dentro da instituição o debate sobre captação de recursos junto a indivíduos.

Por fim, também inovamos ao participarmos da criação de “hubs” de coletivos de jovens mulheres negras. O *hub* é um espaço de encontro que estimula a criatividade e que promove novos modelos de militância, de autocuidado e de incidência. O Inesc animou o Hub das Pretas do DF no âmbito de uma iniciativa que envolveu outras organizações (Fase, Ibase, Criola, Polis, Ação Educativa e Oxfam Brasil) e outros Hubs nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

Desafios para 2018

O ano de 2017 não foi fácil. As forças no poder trataram de consolidar o golpe parlamentar que deferiram o ano anterior. Rapidamente desmontaram o nosso já cambaleante Estado de Bem Estar Social e conspiraram para defender seus interesses bem como para dificultar, e mesmo impedir, a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, à presidência da República. As ideias de direitos, de justiça e de solidariedade perdem cada vez mais folego. A democracia brasileira está passando por seu maior teste desde que foi restaurada em 1988: as forças conservadoras parecem estar dispostas a rifá-la para não perder seus privilégios. Os partidos políticos têm cada vez menos eco na sociedade, inclusive os de esquerda que não conseguem construir uma frente comum de resistência aos golpistas. O mundo das organizações e movimentos do campo democrático e popular enfrenta dificuldades não somente financeiras, mas também políticas. Apesar do esforço para se articular, existem divisões internas e uma espécie de fadiga para se reinventar.

O nosso esforço será o de denunciar, resistir e propor. Iremos, junto com outros, monitorar os gastos públicos e avaliar os impactos das medidas de austeridade nos direitos humanos, em âmbitos local e federal. Também trataremos de acompanhar as consequências das mudanças implementadas nas políticas públicas (i.e. desmonte de instituições, privatizações de serviços e bens públicos, mudanças nas regras do jogo por meio de decretos, projetos de lei e emendas constitucionais) no aumento da pobreza e das desigualdades. Iremos pautar esses temas nas eleições de outubro. Será ainda nosso papel atuar mais intensivamente na reforma do sistema político, mais do que nunca

necessária diante da crise da nossa democracia. Apresentaremos propostas concretas para a democratização do poder judiciário e dos meios de comunicação, sem a qual não há verdadeira reforma do sistema político. Iremos ainda dar continuidade às nossas atividades de formação em Orçamento e Direitos voltadas para crianças, adolescentes, jovens e ativistas, de modo que possam fortalecer suas demandas e estratégias de incidência junto ao poder público. Essa maior atuação em âmbito local, na formação orçamentária nos temas estratégicos do Inesc, nos possibilitará estar mais perto das pessoas e construir conjuntamente uma miríade de propostas que, esperamos, irão contribuir para dificultar o avassalador avanço das forças destruidoras de direitos e de políticas públicas que estão em marcha no país.

O cenário internacional também não ajuda. O predomínio de interesses privatizantes e xenófobos em detrimento dos públicos e solidários associados a conflitos sangrentos, especialmente na África e no Oriente Médio, e ao aumento de eventos climáticos extremos dificultam qualquer avanço no alargamento de processos democráticos e na progressiva realização dos direitos humanos. Prova disso são os mais de 65 milhões de refugiados e pessoas deslocadas no mundo⁵ – esse número não para de crescer – e o aumento da desigualdade: segundo Oxfam, 82% da riqueza gerada entre 2016 e 2017 ficaram com o 1% mais rico do planeta. Enquanto isso, a metade mais pobre da população global – 3,7 bilhões de pessoas – não ficou com nada!⁶

Daremos continuidade a nossa atuação nos espaços globais de negociação, buscando resgatar a agenda de direitos bem como fortalecer os poderes públicos. Incidiremos junto com outros para que os acordos de clima e de comércio não descambem de vez para a defesa dos interesses do capital e dos poderosos. Buscaremos influir na implementação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), iniciativa dos BRICS, para que se diferencie das velhas instituições financeiras multilaterais, que continuam apoiando projetos e iniciativas que violam direitos, territórios e povos. Iremos, ainda, monitorar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tanto internacionalmente como nacionalmente, verificando em que medida promovem, ou não, a inclusão socioambiental. Faz parte da nossa agenda lutar por um sistema tributário mais justo e para tal uma das nossas bandeiras é o fim dos fluxos ilícitos e dos paraísos fiscais. Também denunciaremos junto aos órgãos regionais e globais de direitos humanos (CIDH/OEA e CDH/ONU) os impactos das medidas do governo golpista na piora das condições de vida da população brasileira.

Movido pela indignação e o não conformismo, o Inesc, com outros, continuará trabalhando para promover mudanças estruturais que resultem numa sociedade socioambientalmente justa, participativa e inclusiva. Participaremos ativamente de iniciativas que defendem outro mundo, do nacional ao global, do Projeto Brasil e do Congresso do Povo Brasileiro até o Fórum Social Mundial, em Salvador, em março de 2018 e a Assembleia Internacional de Movimentos e Organizações do Povo, em Caracas, no segundo semestre de 2018. Também lutaremos para construir uma Frente Ampla da Democracia que vá além do campo da esquerda. A tarefa não será fácil em 2018, mas a causa demanda o firme enfrentamento dos desafios postos.

⁵ Para maiores informações, veja o site da Acnur: <http://www.unhcr.org/figures-at-a-glance.html>

⁶ Para maiores informações, veja o Relatório da Oxfam “Recompensem o trabalho e não a riqueza” na página: <https://www.oxfam.org.br/assim-nao-davos>

Anexo 1 – Histórias de vida

Apresentamos aqui depoimentos de pessoas que participaram de projetos de Inesc:

Cauã Lopes da Silva – Adolescente do projeto *Onda*, residente no Paranoá. Ele frequenta o projeto na escola onde a sua irmã estuda: Centro de Ensino Fundamental 5 do Paranoá.



“Eu ganhei amigos, conhecimento, experiência. Como monitor eu conheci lugares que eu nunca teria ido, ganhei cursos que estão me ajudando muito no meu dia a dia. Ganhei uma nova forma de olhar o mundo por que antes de eu entrar no projeto eu não estava muito ligado em compreender o que acontecia à minha volta.

O que eu aprendo com o projeto eu levo pra minha casa e compartilho com a minha família pra que eles tenham o mesmo conhecimento que eu tenho. Acredito que posso ajudar a minha família se defender, a reconhecer os seus direitos. Toda a minha família é negra e então corre um risco de sofrer alguma

violência na rua.

Antes de eu entrar no projeto tinha uma visão muito longe do que estamos vivendo no nosso dia a dia. Depois que eu entrei no projeto eu ganhei um conhecimento que nem eu sabia que poderia ter. Na minha escola o projeto está me ajudando muito. Com o curso de mediação eu me fortaleci para intervir em conflitos. Eu até ajudei a resolver uma questão lá. A quadra de práticas de educação física estava descoberta então eu fui lá ajudar, então reuni uma certa quantidade de pessoas para me ajudar a resolver. Naquele momento não deu muito certo, então o povo da limpeza da escola se juntou a nós. Eles foram de grande ajuda. Insistimos até que a direção cedeu e colocou um teto na quadra. Agora o povo sabe que quando aparecer algum problema pode me chamar que vou fazer o possível para ajudar”. Depoimento de Cauã Lopes da Silva

Caroline Modesto – Adolescente do projeto *Onda*, residente no Paranoá. Ela participa do projeto na sua escola: Centro de Ensino Fundamental 5 do Paranoá.

Carol é uma menina negra do Paranoá cuja vida foi marcada pela fome, pela pobreza e pela violência racial. Até chegar ao Paranoá Parque (habitação popular do projeto de governo “Minha Casa, Minha Vida”), onde atualmente mora, ela vivia em ocupações próximas ao lixo, sem saneamento básico. A mãe era catadora. A irmã mais próxima a ela faleceu por doença advinda do lixo.

Ela dá inúmeros relatos de fome e de dores provocadas pelo racismo. Aos poucos ela toma consciência do que sofre e já elabora que os ataques dirigidos a ela por motivo de seus cabelos, eram mais do que *bullying*, era racismo. Falar da violência para ela é falar de injustiças sociais. “A violência causada por falta de acesso a direitos é enorme!” e dá o nome de violência social. No curso de mediação este problema foi tratado como violência estrutural. Nessa sequência, o suicídio para ela, também é preocupante.

Ao tomar consciência do racismo que sofria tornou-se mais segura a ponto de debater fortemente o assunto na escola e fora dela. Em um encontro de educação e direitos humanos ela questionou publicamente “que direitos humanos são esses que não conheço na minha vida?” Nesse momento narra



um pouco de sua história. Esta sua participação trouxe outra qualidade ao encontro. Ela então foi chamada para contribuir para a construção nacional de um curso em direitos humanos para estudantes de escolas brasileiras.

A estudante também fez o curso de mediação e já interviu em espaços públicos atuando em defesa de uma mulher que sofria agressões em uma festa.

Os professores a elogiam pela qualidade de seus argumentos e pela sua postura na escola. Temos certeza de que por onde passa, a Carol com alegria de menina e seriedade de jovem, faz a diferença.

Iasmin Baima – *Adolescente do projeto Onda, residente na Ceilândia. Ela frequenta o projeto na articulação de adolescentes e hoje é monitora.*

Iasmin é uma menina egressa do sistema socioeducativo. Ela foi convidada por nós para um diálogo com as meninas ainda em restrição de liberdade. A ideia do encontro foi levantar perspectivas e esperanças em meninas desacreditadas de qualquer possibilidade cidadã. Hoje ela estuda Serviço Social na universidade e é ativista pelo socioeducativo. Segue o texto que ela escreveu sobre a experiência.

“A volta a unidade não foi a mesma que as outras passadas. Pensei que por já ter voltado antes aquilo já não me atingia, mas na noite anterior senti medo e desconforto. A vida no ‘fora’ não nos faz ignorar aquela história. Por mais tempo que passe, o relógio da vida sempre te lembra que em algum momento parece que ele parou de rodar, ficou inerte ou girou rápido demais no ritmo do nosso desespero de sair e viver o tempo que ele nos oferece.

Algumas meninas saem e só querem esquecer mesmo, outras não conseguem, pois a falta de oportunidade as fazem voltar ali, outras fazem daquilo sua causa, esse é o meu caso. Pra mim fazia sentido voltar e contar a elas como me mantive em pé, sem reincidir, ser um exemplo... mas era como me fazer de exceção, o objetivo da luta era manter essas exceções? Não. Descobri em mim mesma que não queria exceções ou algumas, queria todas com a vida digna fora da unidade. Enquanto nos ‘salvamos’ ainda há celas cheias de meninas com sonhos, deitadas na ‘jega’ (cama) imaginando realizá-los, assim o como há dois anos eu estive. Há meninas a todo instante saindo por aqueles portões de ferro pesado pra uma realidade e um contexto de violência. Contar sua história ainda vale? Vale, é essencial mostrar que é possível e fazê-las sonhar com isso na madrugada, dar-lhe sonhos também vale.

A vida dificulta a ação, são vidas diferentes, vidas reais diferentes, onde dar palpite de mudança é arriscado, com sérios riscos de reforço a meritocracia, onde o regime de sociedade vale quem tem mais mérito, e exclui os erros humanos, sem se dar conta de que a educação não é apenas jogar aplausos e rosas aos que acertam, mas primordialmente investir e acreditar nos que erram.

Um ‘Estou com você’ vale muito mais. Acreditem. Me salvou.”

Iasmin é muito atenta a todas que saem do sistema, e faz críticas ao poder público pelo abandono do Estado antes, durante e depois da medida. “Se errei foi porque não tinha a presença do Estado para garantir meus direitos, quando saí, também não contei com o Estado para me apoiar”. Ela sempre cita o projeto Onda como presente na sua vida, assim como outras que dizem que o projeto oferece outro meio de socialização, um ambiente cidadão.



Alex Modesto – Adolescente do projeto *Onda*.



Após o falecimento da mãe, Alex Modesto saiu de Planaltina (DF) onde nasceu e foi morar com um outro familiar em São Bartolomeu (GO) e, no mesmo ano, começou a frequentar a escola. Tinha 14 anos. No entanto, Alex não se adaptou à nova escola e muito menos aos colegas de classe. “Eu era um adolescente que vivia afastado de todos, era bem antissocial. Com isso acabava me prejudicando em meu desempenho escolar”, lembra Alex. Pouco mais de um ano depois, Alex veio para Brasília e, em 2011, conheceu o projeto Onda, do Inesc. “Foi quando eu comecei a ter uma nova visão das coisas”, lembra.

“Foi uma experiência grandiosa porque aprendi bastante, principalmente com as oficinas e debates que a gente tinha”, afirma Alex. “Fui bem acolhido pelo grupo de adolescentes que já participava e também pelos monitores.” Agora, Alex usa essa experiência com o projeto Onda para ajudar os novos adolescentes que chegam. “O que interessa e o que fica marcado são as novas amizades que trazemos ao longo de nossa caminhada. E minha caminhada com a ‘família Onda’ tem sido muito boa, só tenho a agradecer”, avalia Alex.

Ravena Carmo – Projeto *Onda*

Ravena saiu da ‘quebrada’ de Planaltina (DF) em 2005 para cumprir dois anos e meio de medida socioeducativa no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje) em Brasília por ter cometido um ato infracional. Isso poderia ter condenado ela a uma espiral de violência e exclusão, mas em seu caminho encontrou um educador inspirado, que despertou seu interesse pela educação de adolescentes.

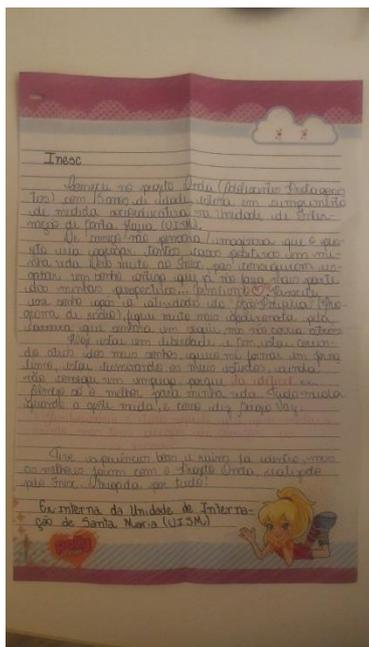
“Escolhi ser professora porque é uma dívida que eu tenho com a educação. Quero repassar isso às adolescentes que estão presas e merecem ter uma nova chance na vida”, afirma Ravena, que encontrou no Inesc um parceiro ideal para a empreitada. “O Inesc fez muita diferença para mim porque, por mais que eu tivesse a vivência das coisas, não sabia exatamente como fazer o que queria fazer.”

Ravena explica que atuar em parceria com o Inesc em oficinas com as adolescentes que cumprem medidas socioeducativas ajuda tanto no nível pessoal como também no profissional. “O Inesc me prepara melhor para eu atuar melhor nas áreas sociais, no sistema socioeducativo. Quero ser reconhecida como profissional, não apenas pela minha história de vida. E o Inesc me dá essa base.”



Menina da cartinha – Adolescente do projeto *Onda* cujo nome não pode ser divulgado porque esteve em cumprimento de medidas socioeducativas

“Comecei no projeto Onda (Adolescentes Protagonistas) com 15 anos de idade, estava em cumprimento de medida socioeducativa na Unidade Internação de Santa Maria (UISM).



De começo não pensava/imaginava que o projeto iria agregar tantas coisas positivas em minha vida. Devo muito ao Inesc, pois conseguiram resgatar um sonho antigo que já não fazia mais parte das minhas perspectivas... JORNALISMO!. Ressuscitei esse sonho após a atividade do “Ações Periferia” (programa de rádio), fiquei muito mais apaixonada pela carreira que sonhava em seguir, mas não corria atrás.

Hoje estou em liberdade e sim, estou correndo atrás dos meus sonhos, quero me formar em jornalismo, estou terminando os meus estudos, ainda não consegui um emprego, porque ta difícil...

Almejo só o melhor para a minha vida. Tudo muda quando a gente muda, e como diz Sérgio Vaz:

‘Revolucionário é todo aquele que quer mudar o mundo, mas tem coragem de começar por si mesmo.’

Tive experiências boas e ruins lá dentro, mas as melhores foram com o projeto Onda realizado pelo Inesc. Obrigada por tudo!”

Fátima Lopes – Educadora do projeto OCA, Cidade Estrutural

O conceito de direito à cidade era uma coisa distante para Fátima Lopes. Moradora da Cidade Estrutural desde 2002, ela não tinha muita informação sobre seus direitos, e o lugar onde morava não ajudava muito, afirma. “A Cidade Estrutural foi formada em torno do maior lixão da América Latina, ter direito não era algo comum”, afirma Fátima, educadora do Coletivo da Cidade, organização que trabalha com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade na região. “A gente convive com a falta de direito o tempo todo, seja ele direito a saneamento, escola, hospital ou transporte público. Ou seja, os direitos básicos que a Constituição brasileira prega.”



Fátima lembra que a situação melhorou um pouco a partir de 2004, quando a Cidade Estrutural deixou de ser uma invasão ilegal para ser reconhecida como comunidade pelo governo do Distrito Federal. Mas ainda assim a situação não era satisfatória. “Parecia que os direitos conquistados por nós na Cidade Estrutural eram um favor dado a nós. Eu sentia que tinha algo errado nisso, mas não sabia o que nem a quem recorrer para mudar a situação.”

Em 2015, Fátima conheceu o projeto OCA – Observatório da Criança e do Adolescente, do Inesc, por meio de um estágio de pedagogia que fez no Coletivo da Cidade, e passou a entender melhor quais direitos ela e demais moradores da região tinham direito. “E também que o direito à cidade é para ser entendido como um direito coletivo, não individual. É o poder do povo para o povo, a liberdade de criar e recriar a cidade por meio de tomadas de decisões que vão afetar a vida de todos.”

Andreia Crispim Rodrigues – Projeto OCA

Quando veio morar em Brasília em 2012 para trabalhar em um programa de proteção a

crianças e adolescentes ameaçados de morte, Andreia Crispim Rodrigues já conhecia o trabalho do Inesc, por participar de uma rede de Educação Cidadã e trabalhar com educação popular. “Eu acompanhava os boletins do Inesc, sabia da atuação da instituição e admirava muito”, lembra Andreia, baiana de Irecê e formada em psicologia. Três anos depois, em 2015, estava trabalhando com projetos do Inesc.

No final de 2015, Andreia começou a coordenar o Coletivo da Cidade e a trabalhar com o Observatório da Criança e do Adolescente (OCA), com a experiência adquirida no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (Cedeca-DF), como analista de pesquisa. “Era o caminho profissional que eu almejava.”



As atividades empreendidas no Cedeca-DF inevitavelmente aproximaram Andreia do Inesc e do Coletivo, que atua na Cidade Estrutural. “O Coletivo é um espaço que eu já conhecia e tinha grande admiração, assim como o Inesc.”

Como coordenadora do Coletivo da Cidade, Andreia Crispim teve oportunidade de atuar na relação institucional, algo importante para a instituição, e aprendeu muito no processo. “O Coletivo tinha na época um convênio com o governo do Distrito Federal que era mediado por uma instituição que atua na área da assistência social, e com relação próxima ao Inesc e financiamento da União Europeia. Foi um desafio e tanto, aprendi muito com esse lado da coordenação e com essa relação institucional com o Inesc.”

Kamila Silva Nascimento – Projeto Jovens Mulheres Negras



Kamila Silva Nascimento, 25 anos, moradora de Taguatinga. Estudante de Terapia Ocupacional pela Universidade de Brasília. Colabora no Coletivo NegroSus, que se propõe à pesquisa e construção política de políticas públicas para a população negra e acolhimento dos alunos e alunas negros da UnB da Ceilândia. Coordena o núcleo de acolhimento à população LGBTQTT da Ceilândia e satélites próximas pelo projeto de extensão universitária da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

“Minha permanência na academia depende das articulações políticas que aprendo com meu coletivo. Enquanto estudante negra de uma instituição pública de ensino, sou obrigada a pleitear espaços de fala e escuta diariamente à fim de levar as complexidades e especificidades dos corpos pretos para debates profundos e genuinamente transformadores.

O Projeto HUB das Pretas teve grande importância em meu processo de amadurecimento político uma vez que a proposta global do projeto em incidir sobre políticas locais de enfrentamento à discriminação racial e de gênero me colocou na linha de frente de mudanças que parecem tão distantes quanto emergenciais. Todos os encontros, articulações e subjetividades presentes no HUB das Pretas me serviram como norteadores para construção de uma política onde meu corpo é fundamento e não recorte. Foi também através do Projeto que estive no II Encontro Nacional de Jovens Feministas Negras e a partir daí participo de uma articulação do Distrito Federal chamado Benguela, para se pensar próximas ações de jovens negras rumo ao III Encontro Nacional.”

Priscila Santos – Projeto Jovens Mulheres Negras

“Sou Priscila Santos, tenho 28 anos, sou graduada em Serviço Social, ainda não tive oportunidades de trabalhar de forma remunerada na minha área, mas tive algumas experiências no Hub das Pretas.

Como sempre tive que conciliar trabalho e estudo, não tinha tempo de participar de muitas atividades que envolvessem a questão da identidade racial. Nesse meio tempo conheci o Congo Nya – Organização Não-Governamental, de caráter sociocultural e educativo, na cidade de São Sebastião – DF, para desenvolver projetos e atividades nas áreas de educação, artes, esportes e principalmente, zelar pela valorização da cultura afrodescendente e negra. Aonde iniciei meu fortalecimento identitário.

Dentro do Projeto Hub das Pretas, consegui me sentir ainda mais pertencida, me identifiquei de cara, com que eu precisava como referências, as oficinas, o apoio e oportunidades de crescimento. Eu já havia tido uma experiência de trabalho no socioeducativo enquanto estava na faculdade, então quando pensamos nos temas de incidência do Hub, colocamos a questão do socioeducativo/gênero e raça como prioridade. Devido a isto, comecei a estudar muito sobre a situação carcerária de jovens, e da mulher negra. Foi um preparo necessário para facilitar junto as outras jovens do projeto uma Oficina sobre Sexualidade/Raça e Gênero na Unidade de Internação de Santa Maria tendo apoio do Projeto Onda que também é do Inesc, logo depois também tivemos uma Roda de Diálogos facilitada por uma das maiores referências do Movimento de Mulheres Negras, Deise Benedito que pontuou questões histórias sobre o processo carcerário no Brasil no que se refere a população negra.

Desse projeto levei aprendizado e articulações que pude fazer nessa Rede, chamada Hub das Pretas”.



Anexo 2 – Inserção política do Inesc em âmbitos local, nacional e internacional

O Inesc participa de diversas redes, articulações e conselhos de políticas relevantes:

Em âmbito distrital:

- Conselho de Limpeza Urbana do Governo do Distrito Federal – CONLURB.
- Fórum OCA/DF – Fórum Orçamento Criança e Adolescente do Distrito Federal.
- Movimento Nossa Brasília – Por um DF Justo e Sustentável.

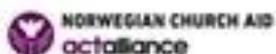
Em âmbito nacional:

- ABONG – Associação Brasileira de ONGs.
- ABRACCI – Articulação Brasileira Contra a Corrupção e Impunidade.
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
- Comitê de Direitos Humanos e Política Externa.
- Comitê Nacional em Defesa dos Territórios em Frente a Mineração.
- Conselho Nacional de Saúde – Comissão de Financiamento e Orçamento (COFIN).
- FBSSAN – Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.
- FNDCA – Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- FOPIR – Fórum de Promoção da Igualdade Racial.
- Frente Brasil Popular.
- Frente Povo sem Medo.
- GR-RI – Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais.
- Grupo Carta de Belém.
- MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.
- OGP – Integrante do GT da Sociedade Civil responsável pela co-elaboração e monitoramento do 3º Plano Nacional de Ação.
- PAD – Processo de Articulação e Diálogo.
- Plataforma DHESCA – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.
- Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.
- Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil
- Projeto Brasil.
- REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos.
- #Resista, Não Desista.
- Rede Cidades.

Em âmbito internacional:

- BRICS Feminist Watch.
- Campanha Global DesmATEmos o Poder Corporativo e Coloquemos Fim à Impunidade.
- CEAAL – Conselho de Educação Popular de América Latina e Caribe.
- GIFT – Global Initiative for Fiscal Transparency.
- Grupo de Trabalho Justiça Fiscal e Direitos Humanos da Global Alliance for Tax Justice.
- Grupo de Trabalho sobre BRICS da Coalizão Direitos Humanos no Desenvolvimento.
- RLJF – Rede Latinoamericana de Justiça Fiscal.

Anexo 3 – Logos dos apoiadores do Inesc



Anexo 4 – Quadro Lógico Quadrienal 2017-2020: Balanço para 2017